

CORREIO ECONÔMICO



Segundo a Caixa, serão liberados R\$ 7,8 bilhões

Governo começa a liberar FGTS retido do saque-aniversário

O final de ano para os trabalhadores veio com excelente notícia, principalmente porque 2026 já começa com algumas contas a pagar (IPVA, IPTU, material e matrícula/mensalidade escolar, cartão de crédito, entre outras) que pesam no bolso: a Caixa Econômica Federal iniciou o pagamento de valores do FGTS que estavam bloqueados para trabalhadores que optaram pelo saque-aniversário e tiveram o contrato suspenso ou encerrado entre 1º de janeiro de 2020 e 23 de dezembro de 2025. O pagamento será feito, prioritariamente, por crédito na conta cadastrada no aplicativo FGTS. A Caixa informou que 87% dos trabalhadores já têm contas registradas no app e receberão os valores diretamente, sem precisar ir a uma agência.

Medida provisória

A liberação foi autorizada por meio de uma medida provisória (MP) publicada pelo governo federal na semana passada, com a possibilidade de beneficiar 14,1 milhões de trabalhadores, liberando R\$ 7,8 bilhões, aproximadamente. Os valores serão liberados em duas fases, conforme o saldo em cada conta. A primeira será de até R\$ 1.800 por conta, limitada ao saldo existente no contrato rescindido. Nessa fase, deverão ser liberados R\$ 3,9 bi.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



A segunda fase vai começar em 2 de fevereiro

Segunda etapa

Na segunda etapa do programa, haverá o pagamento do saldo remanescente, de mais R\$ 3,9 bilhões, a partir de 2 de fevereiro de 2026, com depósitos escalonados até 12 de fevereiro. Os saques serão feitos de forma automática, de acordo com informações da Caixa, sem a necessidade de solicitação por parte do trabalhador. A exceção nas liberações serão os casos de bloqueio judicial por pensão alimentícia e trabalhadores avulsos, que precisarão apresentar uma documentação específica nas agências da Caixa.

Senha do cidadão

Quem não informou uma conta bancária poderá sacar os valores nos canais físicos da Caixa: agências, lotéricas, terminais de autoatendimento e correspondentes Caixa Aqui. Os saques podem ser feitos com Cartão Cidadão e senha, e, nos caixas eletrônicos da Caixa, também é possível sacar por biometria ou apenas com a senha cidadão.

POR
MARTHA IMENES

IGP-M I

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) de dezembro foi negativo e registrou baixa de 0,01%. No acumulado do ano, o indicador medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentou queda de 1,05%. O resultado sugere ambiente de menor pressão de custos para 2026, afirma o economista Matheus Dias, do Ibre.

IGP-M II

O indicador costuma a ser referência para atualização de valores de aluguéis, conta de luz e telefone, mensalidades escolares, planos de saúde e seguros. "O IGP-M encerra 2025 com queda acumulada de 1,05%, resultado que reflete um ano marcado pela desaceleração da atividade global".

IGP-M III

Diferentemente de outros indicadores, o IGP-M foi criado por solicitação de entidades privadas do setor financeiro no final dos anos 1980. O indicador é medido entre os dias 21 de um mês e 20 do mês seguinte. "A melhora das safras agrícolas contribuiu para aliviar preços de matérias-primas", diz.

IPCA I

Segundo o boletim Focus, divulgado na segunda-feira (29), o mercado financeiro prevê que o ano fechará com Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a inflação oficial do país) de 4,32%, resultado abaixo do teto da meta. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para 2025 é de 3%.

IPCA II

O intervalo de tolerância para a meta de inflação oficial do governo é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5% (acima, portanto, do resultado estimado, de 4,32%). A taxa está 0,18 ponto percentual abaixo do teto da meta oficial.

Copom

O Copom manteve a Selic em 15% pela quarta vez consecutiva na última reunião. O colegiado afirmou que "a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, é adequada para assegurar a convergência da inflação à meta."



Ministério rechaçou as informações falsas nas redes

Receita desmente mais uma fake news

Fisco nega taxação de transação via Pix a partir de R\$ 5 mil

Por Martha Imenes

Parece notícia velha, mas não é... Mais uma vez a turma que gosta de desinformar e deixar a população preocupada entrou em ação. É mentira que transações financeiras a partir de R\$ mil serão taxadas pela Receita Federal. O Ministério da Fazenda, em Brasília, rechaçou as informações que circulam nas redes sociais.

"As fake news que estão circulando inventaram, desta vez, uma multa de 150% para quem não pagar o falso tributo", destacou a Receita Federal em comunicado.

O Fisco esclarece que a Constituição Federal proíbe a tributação de movimentações financeiras. "Isso não existe e nunca irá existir nos termos da Constituição atual", reforçou a Receita.

Falso

Ela destacou, ainda, que não existe nenhuma tributação de 27,5% sobre transações. "É completamente falso", frisou.

"Também é mentira que exista qualquer multa de 150% por falta de declaração", completou a Receita.

O comunicado finaliza, em destaque, que não existe tributação por movimentação financeira. "A Receita Federal esclarece que disseminar mentiras, fake news e pânico financeiro interessam apenas a criminosos".

Essa não é a primeira e nem será a última notícia falsa com

a hashtag (#) Pix circulando nas redes sociais. Sempre bom lembrar que dá cliques e acessos e as pessoas que disseminam notícias falsas lucram com a mentira.

Em agosto passado, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, desmentiu outra fake news com o Pix.

Naquele mês, estavam anunciando a "privatização" do meio de pagamentos instantâneo.

De acordo com Galípolo, o Pix é estratégico e deve permanecer sob gestão pública.

Ele declarou que falsas narrativas procuram prejudicar uma das infraestruturas mais importantes do Brasil.

"O Pix se revela uma infraestrutura estratégica e crítica para o país. É uma segurança para o país que ele possa ser gerenciado e administrado pelo Banco Central", afirmou.

Alvo

Galípolo lamentou que o sistema tenha se tornado alvo de fake news. "Infelizmente, estamos num momento onde as coisas são complexas de compreender e elas são capturadas por algum tipo de debate onde as versões podem ser mais interessantes do que os fatos".

Na época, o presidente do BC destacou os avanços sociais promovidos pelo Pix: a ferramenta facilita a inclusão financeira, ao ampliar o acesso da população à infraestrutura bancária.